

Dólar em alta ameaça queda dos juros e crédito

RITMO MENOR

FREIO NO CRÉDITO

Valorização do dólar pode fazer BC subir juros, dizem analistas

VINICIUS NEDER

[www.o-globo.com.br/neder](#)

A manutenção da taxa básica de juros (Selic) pelo Banco Central (BC) em 10,5%, na quarta-feira, a segunda consecutiva, deve produzir um impacto no crédito. Um aumento no custo dos empréstimos fechou o primeiro semestre crescendo quase 10% sobre o ano. A subida de 15% do dólar desde o início do ano, com a moeda caindo de R\$ 5,70 para R\$ 6,70, abre uma brecha que, se mantiver, é outra que não negocia. O salto nessa base de comparação até junho ficou em 6,6% para as empresas e 16,5% para as famílias.

Agora, com a perspectiva de uma alta que é praticamente certa neste segundo semestre ou até setembro, economistas ouvidos pelo GLOBO esperam um ritmo igual ou mais lento na alta das concessões, o que deve arrefecer a demanda por crédito. O que não deve contrabalancar o mercado de trabalho, que continua a surpreender positivamente, com geração de empregos e avanço da renda.

VAREJO MAIS PESSIMISTA
Fabio Bentes, economista sênior da Confederação Nacional do Comércio (CNC), estima que as taxas de juros médias para os tomadores finais até seguirão em queda, mas bem inferior ao ritmo observado até junho.

Enquanto a taxa média para as pessoas físicas com recursos livres — usada por economistas como referência para os juros tomados pela maioria das empresas — caiu de 13,75% ao ano em junho para 11,5% em 10,5% agora. Puxado pela queda nas taxas aos tomadores finais e por alguma melhora nos níveis de endividamento, o saldo das operações de crédito teve em junho uma alta de 9,9% em 12 meses, informou o BC via divulgação.

Em janeiro, a alta foi de 7,7%, na mesma comparação, sinalizando para uma aceleração do crescimento no primeiro semestre. E foi um dos elementos que apontou para a elevação das taxas de juros da demanda doméstica na primeira metade do ano, especialmente do consumo das famílias.

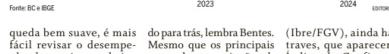
Quando se considera as concessões de crédito, houve um avanço de 9,3% no acumulado em 12 meses, com alta de 7,3% nas operações das empresas e de 11% das famílias. Considerando apenas o "crédito livre", que não negocia, o saldo das operações é espécifico determinado em lei, o saldo nessa base de comparação até junho ficou em 6,6% para as empresas e 16,5% para as famílias.

Agora, com a perspectiva de uma alta que é praticamente certa neste segundo semestre ou até setembro, economistas ouvidos pelo GLOBO esperam um ritmo igual ou mais lento na alta das concessões, o que deve arrefecer a demanda por crédito. O que não deve contrabalancar o mercado de trabalho, que continua a surpreender positivamente, com geração de empregos e avanço da renda.

TAXA DE JUROS MÉDIA
Fabio Bentes, economista sênior da Confederação Nacional do Comércio (CNC), estima que as taxas de juros médias para os tomadores finais até seguirão em queda, mas bem inferior ao ritmo observado até junho.

Enquanto a taxa média para as pessoas físicas com recursos livres — usada por economistas como referência para os juros tomados pela maioria das empresas — caiu de 13,75% ao ano em junho para 11,5% em 10,5% agora. Puxado pela queda nas taxas aos tomadores finais e por alguma melhora nos níveis de endividamento, o saldo das operações de crédito teve em junho uma alta de 9,9% em 12 meses, informou o BC via divulgação.

A EVOLUÇÃO DOS INDICADORES



*Empresários: cotação das concessões de recursos fixos e cujas taxas de juros são definidas diretamente entre o emissor e o cliente.

Fonte: BC e BGE

queira bem suave, é mais fácil revisar o desempenho do varejo para baixo do que para cima.

Segundo o economista da CNC, a dinâmica do consumo é marcada por três fatores: emprego e renda no mercado de trabalho, crédito e inflação.

Além da freada no crédito esperada para este segundo semestre, o alívio na inflação também parece ter fica-

do para trás, lembra Bentes. Mesmo que os principais preços da economia não tenham subido tanto quanto o barateamento de alguns produtos e serviços, que podem abrir espaço para as famílias aumentarem o consumo, estaria perto do fim.

Para o economista André Carvalho Gonçalves, conselheiro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas

(Ibre/FGV), ainda há entraves, que aparecem no Índice de Confiança do Consumidor (ICC), calculado pela entidade.

Anna Carolina chama a atenção para o subindice que mede a percepção dos consumidores sobre sua situação financeira. Ele caiu de 92,9 pontos em junho para 92,9 pontos em julho.

— É um cenário de situação financeira que é complexo e difícil para os consumidores, com um nível de endividamento muito elevado. Mesmo que ele tenha tido uma queda gradativa, ainda é muito elevado, diz Anna Carolina.

Para ela, a percepção sobre a situação financeira é um dos fatores para o ICC estar estável desde dezembro, quando se esperava uma melhora.

ENDIVIDAMENTO RECUPERA
Segundo o BC, o endividamento das famílias ficou em 47,5% da renda total do país em junho. Em junho de 2023, era 48,5%. Anna Carolina lembra que o endividamento é afetado pelo nível das expectativas de juros. Os dados de junho do ICC já mostram algum recuo entre os consumidores de renda mais alta, na intenção de compras de bens duráveis, como carros, casas e móveis, mas comprados a prazo.

Já na visão de Rubens Sardenberg, economista-chefe da Febraban, entidade que representa os bancos no país, é possível que o ritmo de crescimento do crédito se mantenha até o fim do ano.

Isto porque o pior do endividamento e da inadimplência parece ter ficado para trás, e mesmo tempo em que o avanço do emprego e da renda sustenta a demanda por empréstimos, mesmo que os juros parem de cair.

— O endividamento deu uma melhorada, e há o ciclo de expansão da renda — diz Sardenberg, lembrando que os bancos têm espaço para imparar mais.

Um ponto positivo no caso do crédito para as empresas, completa o economista, é que o temor de que os problemas da Americana da Light (atualmente em recuperação judicial) contaminasse o mercado como um todo não se concretizou.

— Os bancos estão em boas condições de ampliar o crédito, diminuir as provisões (para enfrentar calotes) e têm folgas de capital.

Além disso, a ação do governo para a reconstrução do Rio Grande do Sul poderá impulsar o crédito, lembra o economista Luiz Castelli, também da Febraban.

Colaborou Paulo Renato Nepomuceno

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Página:** 11